



Relator da proposta, César Borges (à esquerda, na primeira foto) conversa com Valter Pereira. Maciel (ao centro, na segunda foto, entre Camata e Valadares) preside reunião da CCJ, que aprovou o texto

Comissão aprova aumento do número de vereadores

Proposta de emenda à Constituição precisa ainda ser votada em dois turnos no Plenário do Senado. O texto, que ontem recebeu o voto favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, institui 24 faixas de composição das câmaras de vereadores. Municípios com até 15 mil habitantes terão nove vereadores. As cidades cuja população ultrapassar 8 milhões de moradores poderão eleger no máximo 55 vereadores. Há atualmente 36 faixas, instituídas em 2004 pelo Tribunal Superior Eleitoral. 4 e 5

Um instrumento a mais para Justiça recuperar bens

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem, em turno suplementar e em decisão terminativa, projeto que permite o seqüestro de bens adquiridos com recursos legais associados a ilegais. A medida dá a juízes, promotores e autoridades policiais um instrumento a mais na recuperação de bens e valores provenientes de atividades ilícitas, a exemplo do crime de lavagem de dinheiro. O projeto será agora enviado à Câmara dos Deputados. 4

Passa na CCJ restrição a partido de aluguel

Projeto acolhido proíbe partidos de divulgarem em seus programas na TV candidatos de outras legendas. 5

Novo presidente do TCU prega diálogo para combater desvios

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou ontem da posse dos ministros Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler, respectivamente, na presidência e vice-presidência do Tribunal de Contas da União. Ubiratan propôs mais diálogo entre os órgãos de controle externo para melhorar o combate aos desvios de dinheiro público. E defendeu a melhoria da fiscalização dos gastos com recursos do erário. 3



Garibaldi Alves (E) conversa com o presidente Lula durante a cerimônia de posse

Corte de R\$ 6 bi ajusta Orçamento à crise

Comissão Mista de Orçamento deve votar hoje relatório que reduz a receita prevista para 2009. Segundo Delcídio Amaral, é a resposta do Congresso à crise que eclodiu depois do envio da proposta pelo Executivo. 3



Delcídio Amaral (3º à dir.) participa ao lado de outros parlamentares de reunião da Comissão de Orçamento

Um novo plano para as vias de transportes

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou novo plano para rodovias, ferrovias, hidrovias, eclusas, portos e aeroportos brasileiros. 6

Médicos brasileiros combatem a Aids em Angola

Programa brasileiro reduziu para menos de 3% o número de bebês de mães soropositivas infectados durante o parto. 8

Mensagens do presidente da República indicando nomes de diplomatas para representar o país na Itália, Alemanha, Estado do Vaticano e Coréia do Norte, dois deles cumulativamente, vão ainda a votação do Plenário

Aprovados nomes para embaixadas

O EX-MINISTRO DA Defesa José Viegas Filho teve aprovada ontem, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), sua indicação para embaixador na Itália, cumulativamente com a República de San Marino e a Albânia. O colegiado acolheu mais três mensagens presidenciais designando embaixadores: Everton Vieira Vargas para a Alemanha, Luiz Felipe de Seixas Corrêa para o Estado do Vaticano, cumulativamente com a Ordem Soberana e Militar de Malta, e Arnaldo Carrilho para a Coréia do Norte. As votações da comissão são secretas e não há a divulgação do número de votos. As indicações serão ainda votadas em Plenário.

Arnaldo Carrilho deverá ser o primeiro embaixador de um país da América do Sul a residir em Pyongyang, capital da Coréia do Norte. O relator da mensagem, Cristovam Buarque (PDT-DF), exaltou a especialização de Carrilho em assuntos asiáticos e disse que o presi-



A partir da esquerda, Arnaldo Carrilho, Everton Vieira Vargas, Heráclito Fortes, presidente do colegiado, e José Viegas

dente Lula não poderia ter escolhido nome melhor para montar a embaixada brasileira naquele país.

Colaboração

Por sua vez, José Viegas enfatizou o atual equilíbrio da balança comercial entre o Brasil e a Itália, que, até 2006, trazia saldos favoráveis ao Brasil. Ele citou ações de colaboração entre os dois países, como o desenvolvimento do projeto AMX – aviões militares.

Já Everton Vieira Vargas

informou que a Alemanha é o quinto maior importador do Brasil, levando principalmente produtos básicos, e o quarto maior fornecedor, trazendo quase sempre produtos industrializados. Nosso país, no entanto, é o 20º importador de produtos alemães. A relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), frisou que, em 2005, os automóveis foram o segundo produto mais exportado pelo Brasil para aquele país.

Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que deverá acumular o cargo

de embaixador no Vaticano com o posto na Ordem de Malta, foi secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores em 1992 e 1999, e embaixador no México, na Espanha e na Alemanha. Em seu relatório, lido pelo senador João Tenório (PSDB-AL), Marco Maciel lembrou que a Ordem de Malta “é uma instituição cuja história ininterrupta remonta ao século 11, estando sua origem ligada à época das cruzadas. Informa ainda que a Ordem está fixada em Roma desde 1834.

Adiada votação de novas regras de transmissão da TV Senado

Foi adiada para a próxima semana a votação, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), de substitutivo do senador Romeu Tuma (PTB-SP) a projeto de resolução que concede mais liberdade à TV Senado para definir sua grade de transmissões ao vivo. O texto estabelece que as modificações devem ser submetidas ao presidente da Casa.

A proposta chegou a ser discutida, mas, a pedido do relator, a votação não ocorreu para que seja mais bem debatida com a Mesa do Senado e com a diretora da TV, Virgínia Galvez. Atualmente, a transmissão do Plenário tem prioridade. E existe uma hierarquia predeterminada na transmissão ao vivo das



Entre Gilvam Borges (E) e Tuma, Expedito Júnior defende o projeto

reuniões das comissões.

Tuma defendeu a flexibilização, o que, em sua opinião, permitirá que o trabalho dos senadores seja transmitido de maneira mais fiel à população.

– Trabalhamos muito, porém as pessoas muitas vezes não ficam sabendo – observou o relator.

O autor do projeto (PRS 58/07), Expedito Júnior (PR-RO), explicou que a idéia é que as prioridades de transmissão ao vivo respeitem critérios jornalísticos e de interesse da audiência.

– Se o povo pudesse ver quanto trabalhamos nas comissões, teria mais respeito por nosso trabalho – afirmou

Expedito.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) considerou a proposta “muito válida”. O parlamentar avalia que regras muito rígidas são boas para garantir disciplina às transmissões. Mas entende também que é preciso haver casos em que as regras possam ser alteradas.

Conforme o projeto, a TV Senado teria de manter equilíbrio na transmissão de reuniões das comissões, subcomissões e outras atividades da Casa, sempre com o objetivo de dar transparência aos trabalhos.

O colegiado ainda aprovou 35 projetos de decreto legislativo com autorização ou renovação de funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Seminário discute hoje desafios da produção de petróleo e gás natural

O Instituto Brasileiro de Ação Responsável realiza hoje no Auditório Antonio Carlos Magalhães, sede do programa Interlegis, o 9º Seminário Nacional de Petróleo e Gás Natural no Brasil: Desafios e Oportunidades. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, participará dos debates, que ocorrerão das 9h às 13h. As discussões poderão ser acompanhadas pela internet, no endereço www.interlegis.gov.br.

Os temas giram em torno de economia (preços do petróleo, projeções, cenários e investimentos, riscos e incertezas); geopolítica (integração regional energética e expansão da infra-estrutura); segurança e indústria do petróleo (situação mundial e regional); potencial de gás no Brasil (reflexos na regulamentação em outros países da região de integração energética); apresentação do primeiro terminal de regaseificação de GNL do país (instalado no porto Pecém, no Ceará) e do segundo terminal de regaseificação da Petrobras (que será inaugurado na baía de Guanabara).

Melhores projetos receberão o Prêmio do Mérito Legislador

Os 150 melhores projetos de autoria parlamentar, de reconhecida relevância social, nas esferas municipal, estadual e federal serão contemplados com o Prêmio do Mérito Legislador 2008, criado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado, e pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro (Idelb).

Podem concorrer vereadores e deputados estaduais e distritais que se destacaram com a aprovação de projetos de lei que visem beneficiar a sociedade na área social. Deputados federais e senadores também serão homenageados.

O parlamentar que queira concorrer deverá encaminhar cópias do projeto e da publicação da aprovação da matéria, acompanhadas do currículo. Cada câmara municipal poderá encaminhar até três projetos. Já as assembleias legislativas e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, até cinco projetos. Outras informações podem ser obtidas no *site* do ILB na internet, em www.senado.gov.br/sf/senado/ilb.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário: pauta trancada

Às 14h a sessão é deliberativa. A hora do expediente está reservada para homenagear os 48 anos de fundação da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação. A pauta continua trancada pelo PLV 30/08, oriundo da MP 443/08, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem instituições financeiras.

Agenda do presidente

Garibaldi Alves participa, às 9h30, da solenidade em comemoração ao Dia do Marinheiro, no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília. Às 11h, comparece, no Salão Negro, à missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos, a ser oficiada por dom João Braz de Aviz, arcebispo de Brasília. Às 14h, preside a hora do expediente, que irá comemorar os 48 anos de fundação da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação.

CMO segue discutindo Orçamento 2009

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reuniões deliberativas às 9h, 14h e 17h, para discussão do relatório final ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2009 (PL 38/08-CN).

Risco ambiental faz reunião administrativa

A comissão temporária criada para verificar o risco ambiental relacionado ao desmatamento em 36 municípios listados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) realiza, às 15h, reunião administrativa.

Missa celebra encerramento dos trabalhos de 2008

Às 11h, no Salão Negro, missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos, oficiada pelo arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz.

CDH debate Declaração dos Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública, às 9h, para debater os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na mesma reunião, será feita análise das decisões e discussões da CDH no biênio 2007/2008 e seus reflexos sobre os direitos das minorias. Estão convidados, entre outros, os ministros da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos; da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi.

João Pedro cobra igualdade e justiça social

O senador João Pedro (PT-AM) registrou os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, completados ontem, e lamentou o fato de esses direitos não serem rigorosamente garantidos.

– O regozijo pleno ainda não será desta vez: o mundo viveu, nesses últimos 60 anos, muitas tragédias sociais e guerras que empanaram a luta dos que agem pela paz, justiça, liberdade, fraternidade e solidariedade. O mundo precisa de uma nova etapa baseada na igualdade e na justiça social – afirmou.



João Pedro celebra Declaração dos Direitos Humanos

Inácio Arruda: direitos humanos na economia

Ao lembrar o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) elogiou o governo do presidente Lula, mencionando a criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e o Programa Bolsa-Família. Ele ressaltou, no entanto, que é necessário que a economia também sirva aos direitos humanos, por meio da redução dos juros.



Inácio Arruda elogia ações do governo em direitos humanos



Sérgio Guerra (E), Garibaldi, Arlindo Chinaglia, José Serra e José Aníbal

Novo presidente do TCU quer mais instrumentos contra desvios

Ao lado do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e de outras autoridades, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou ontem da cerimônia de posse dos ministros Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler, respectivamente, na presidência e vice-presidência do Tribunal de Contas da União (TCU).

Na solenidade, Ubiratan Aguiar prometeu lutar por mais diálogo entre os diversos órgãos de controle externo para melhor combater os desvios de dinheiro público. O ministro salientou que os instrumentos que propiciam o sucesso na iniciativa privada podem ser adotados pela administração pública.

Entre as autoridades presentes ao evento, estavam o

vice-presidente José Alencar, os presidentes da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, e os governadores do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e do Ceará, Cid Ferreira Gomes.

Videoconferência

Em visita feita ontem ao Congresso Nacional, o governador de São Paulo, José Serra, elogiou a atuação de Arlindo Chinaglia e de Garibaldi Alves na aprovação do projeto que permite o interrogatório de presos por videoconferência.

O projeto foi acolhido no último dia 12 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, que acolheu substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Heráclito aponta "promessas ridículas" no Piauí

O prestígio que o governador do Piauí, Wellington Dias, alardeia ter com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é "conversa para boi dormir", segundo Heráclito Fortes (DEM-PI). O senador classificou como "promessas ridículas" os anúncios de obras e liberação de bilhões de reais feitos pelo governador quando volta de viagens a Brasília.

– O Piauí está vivendo única e exclusivamente dos recursos das emendas dos parlamentares. Para que criar essa expectativa desnecessária para com a nossa gente pobre e sofrida do Piauí? O que está se fazendo lá é criminoso, uma deslealdade.

Heráclito citou dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) em que o Piauí figura como o sétimo colocado entre os estados do Nordeste em liberação de recursos federais.

Azeredo homenageia procurador-geral

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou ontem requerimento de congratulações a Alceu Marques por sua posse como procurador-geral de Justiça de Minas Gerais. A cerimônia ocorreu em 9 de dezembro.

O parlamentar lembrou que Alceu José Torres Marques, natural de Belo Horizonte, ingressou no Ministério Público em 1987. Atuou nas cidades de Açucena (no vale do Rio Doce), Guanhães, Contagem e na própria capital, onde foi promovido ao cargo de procurador de Justiça. Foi presidente da Associação Mineira do Ministério Público de 2001 a 2003.

– Sabendo do seu apurado tirocinio, bem servirá ao Direito e à Justiça, agora no grau máximo do Ministério Público de Minas Gerais, permitindo que continue a prestar excelentes serviços à sociedade.

Congresso corta receita para ajustar Orçamento à crise

Pela primeira vez, a Comissão Mista de Orçamento promove um corte tão profundo na receita, que fica R\$ 6,09 bilhões menor do que a previsão do projeto original

A CRISE INTERNACIONAL exigiu um ajuste significativo na previsão de receita para 2009. O novo relatório da Receita, que deve ser votado hoje, a partir das 9h, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), prevê um corte de R\$ 6,09 bilhões em relação ao projeto de lei enviado pelo Executivo. O ajuste líquido, deduzidas as transferências aos estados e municípios, é de R\$ 2,74 bilhões – dinheiro a menos para o governo federal gastar no próximo exercício.

Pela primeira vez, segundo integrantes da CMO, o Congresso promove um corte tão profundo na previsão de receita. No Orçamento deste ano, a extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que arrecadaria R\$ 40 bilhões, acabou compensada, em boa parte, pelo aumento da receita de outros tributos. A consequência foi uma redução líquida de apenas R\$ 1,9 bilhão sobre o projeto original do Executivo, segundo consultores de Orçamento do Senado.

Para 2009, a retração econômica mundial impõe um cenário diferente. O Congresso teve de ser austero ao refazer as suas previsões. O crescimento da economia foi projetado em 3,5%, taxa inferior aos 4% previstos pelo governo na última revisão dos parâmetros macroeconômicos e aos 4,5% embutidos no projeto original. O primeiro relatório do deputado Jorge



Delcídio (sem paletó) participa de reunião da Comissão Mista de Orçamento

Khoury (DEM-BA) não levou em conta a crise internacional e restimou um aumento da receita federal de R\$ 9,24 bilhões.

Corte

Se a comparação for feita entre os dados do relatório inicial e do atualizado, a queda na arrecadação federal alcança R\$ 15,34 bilhões. Os estados e os municípios perdem R\$ 4,72 bilhões de repasses obrigatórios, em relação ao estimado no primeiro relatório. O corte líquido chega a R\$ 10,62 bilhões. O que mais pesou sobre a perda de receita para 2009 foi a queda no preço do petróleo. Os royalties e as compensações financeiras tiveram um decréscimo de R\$ 5,5 bilhões em relação às estimativas iniciais. Depois, foram os efeitos da menor expansão da economia sobre a arrecadação de tributos, como Imposto de Renda (menos R\$ 3,05 bilhões) e contribuição

social sobre lucro líquido (menos R\$ 2,91 bilhões).

– O Congresso está dando resposta ao cenário de crise. O Brasil não sofrerá como outros países, mas enfrentará efeitos colaterais – afirmou o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator do Orçamento. O presidente da comissão, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), aposta que não haverá dificuldades para a aprovação do relatório de Khoury.

Apesar dos cortes no projeto do Executivo, os recursos para as emendas individuais foram preservados, e os ajustes sobre as coletivas estão sendo negociados com as bancadas. Delcídio informou que o maior corte está sendo feito no custeio, preservando, porém, algumas áreas como a social, defesa e segurança, minorias, educação, gastos obrigatórios da saúde, entre outras.

Projeto do microempreendedor vai à sanção

O Plenário da Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação do projeto que permite o recolhimento de parcelas fixas pelos micro e pequenos empresários individuais participantes do Simples Nacional (Supersimples) com receita bruta anual de até R\$ 36 mil.

Os deputados aprovaram as 21 emendas do Senado ao Projeto de Lei Complementar 2/07, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), que foi acolhido na Câmara em 14 de agosto. O texto será enviado à sanção presidencial.

A principal mudança aprovada adia a vigência das regras dessa nova categoria de enquadramento, chamada de

Microempreendedor Individual (MEI), de 1º de janeiro para 1º de julho de 2009.

Outro benefício proposto pelo Senado e acolhido pela Câmara permitirá a esse empresário contratar um empregado que receba o piso da categoria profissional ou um salário mínimo. O texto anterior permitia a contratação somente pelo salário mínimo.

Entretanto, a contribuição que o empresário pagará a título de contribuição patronal à seguridade passa de um valor fixo de R\$ 12,45 para 3% do salário de contribuição do empregado.

Os demais valores de parcelas fixas não foram mudados. Eles

continuarão a ser, mensalmente, de R\$ 45,65 a título de contribuição individual para a Previdência Social, mais R\$ 1 se for contribuinte do ICMS e R\$ 5 se for contribuinte do ISS.

Ainda em relação ao MEI, a Câmara aceitou o fim das isenções específicas para as micro e pequenas empresas concedidas pelos estados, municípios ou Distrito Federal a partir de 1º de julho de 2007 e que abrangem a faixa de receita bruta anual de até R\$ 36 mil.

Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) indicam que as mudanças podem beneficiar cerca de 11 milhões de empreendedores.

Comissão acolhe por unanimidade a chamada PEC dos Vereadores, que cria 24 faixas de composição das câmaras municipais, atendendo ao que estabelece a Constituição. Se promulgada a PEC, deixa de vigorar a resolução do TSE que definiu o número de vereadores por município

CCJ aprova aumento do número de vereadores em todo o país

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem por unanimidade voto favorável do relator, senador César Borges (PR-BA), à proposta de emenda à Constituição (PEC 20/08) que aumenta o número de vereadores nas câmaras municipais de todo o país. A matéria ainda terá que ser analisada pelo Plenário, necessitando, para ser aprovada, dos votos de três quintos dos

senadores (49).

A proposta do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), conhecida como PEC dos Vereadores, já acolhida pela Câmara dos Deputados, altera dispositivos constitucionais relativos à quantidade de vereadores e limita as despesas das câmaras municipais a percentuais sobre a receita anual dos municípios.

A PEC institui 24 faixas de composição das

câmaras de vereadores, com o objetivo de dar maior representatividade aos habitantes. A primeira faixa fixa o número de nove vereadores para municípios de até 15 mil habitantes. A última faixa determina o número máximo de 55 vereadores para municípios com mais de 8 milhões de habitantes.

O relator, no entanto, suprimiu o artigo 2º da proposta, que tratava da limitação das

despesas das câmaras municipais.

César Borges decidiu separar os dois dispositivos, propondo a aprovação da parte da proposição que trata do número de vereadores e sugerindo que a outra parte (o artigo 2º, que limita as despesas dos legislativos) siga tramitando de forma autônoma. Para o relator, esse segundo dispositivo exige mais debates para ser aperfeiçoado.

— É necessário reduzir as despesas das câmaras municipais. É legítima essa aspiração da sociedade brasileira, mas não se pode, entretanto, impedir as suas atividades fundamentais para a garantia da democracia na base de nosso sistema político — alertou César Borges.

Vários senadores enalteciram o relatório de César Borges. Todos reconheceram que

a proposta corrige distorções e aperfeiçoa a representatividade nos legislativos municipais. Para Demostenes Torres (DEM-GO), por exemplo, a saída apresentada pelo relator vem ao encontro dos vereadores brasileiros, já que restabelece o número de representantes municipais fixados pela Constituição.

Em 2004, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) baixou a Resolução 21.702, distribuindo o nú-

mero de vereadores de cada município em 36 faixas. A resolução baseou-se em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que não cabia aos municípios, como vinha ocorrendo, a definição do número de vereadores. As instruções do TSE, observou César Borges, criaram o que chamou de padronização exagerada nos legislativos municipais, privilegiando, assim, as maiores câmaras.



Marco Maciel e Aloizio Mercadante acompanham a discussão da proposição na CCJ, na sessão em que estiveram presentes Demostenes Torres (E), Francisco Dornelles, Ideli Salvatti, Jarbas Vasconcelos, César Borges, relator da PEC, Antonio Carlos, Lúcia Vânia e Eduardo Azeredo. A proposta segue agora para o Plenário, onde precisará do voto favorável de 49 senadores para ser aprovada



PEC que regulariza municípios vai à deliberação do Plenário

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) prometeu esforçar-se para que a proposta que visa regularizar a situação de 57 municípios criados a partir de setembro de 1996 seja votada na próxima semana pelo Plenário do Senado — última etapa de tramitação.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC 12A/04) que confirma a criação, a fusão e a incorporação daqueles municípios.

A proposição havia sido acatada em janeiro de 2006 pelo Senado e enviada à Câ-

mara dos Deputados, onde foi votada no dia 3 deste mês, na forma de substitutivo. A PEC acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Azeredo explicou que a Emenda Constitucional 15, de 1996, impôs restrições à criação de cidades, mas, mesmo assim, elas continuaram a ser criadas, sem o amparo da Constituição. Esses municípios, acrescentou o parlamentar, chegaram a realizar eleições e dar posse a prefeitos e vereadores. Mas correm o risco de retroceder à condição de distrito caso a matéria não seja definitivamente aprovada este ano.

Proposta agiliza recuperação de bem oriundo de atividade ilícita

Em turno suplementar, a Comissão de Justiça aprovou ontem substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) a projeto que dá a juizes, promotores e autoridades policiais instrumentos mais eficazes para recuperar bens e valores provenientes de atividades ilícitas, incluindo o crime de lavagem de dinheiro. O texto original é de Pedro Simon (PMDB-RS).

Pelo projeto (PLS 323/07), a decretação do sequestro judicial, após confirmada a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens,

também atingirá os recursos empregados na aquisição desses bens, mesmo sendo de procedência lícita. O sequestro, no caso, recairá igualmente sobre bens, direitos e valores ainda que transferidos a terceiros. A intenção da proposta é flagrar infratores que misturam nos negócios recursos lícitos e ilícitos.

A iniciativa prevê fixação de fiança, que varia de mil a 10 mil vezes o valor do salário mínimo de referência, a contar da data da prática do crime, nos casos de prisão em flagrante por crime contra a economia popular.

César Borges: despesas com câmaras se mantêm inalteradas

O senador César Borges (PR-BA) comemorou a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do relatório que apresentou sobre a Proposta de Emenda à Constituição 20/08, que aumenta o número de vereadores nas câmaras municipais de todo o país. Em sua opinião, a

PEC "restitui aos municípios brasileiros uma proporcionalidade justa na representação popular".

César Borges disse que muitos insistem em não dar a devida importância às câmaras de vereadores e se esquecem de que lá está a base da democracia e da política.

— O vereador é aquele que recebe a primeira demanda da população: quanto maior a representação, melhor. Não aceito a redução do número de deputados federais, nem de senadores e nem de vereadores. A democracia pode ser cara, mas é o que garante a liberdade, que está

acima de qualquer coisa. Acima até do bem-estar do cidadão — frisou.

Na avaliação do senador, a PEC não aumenta os gastos das câmaras porque o volume de recursos destinados a elas permanece inalterado na Constituição, que prevê a destinação de um percentual da receita do município proporcional à população.

— Não se aumenta um real nas despesas (com a aprovação da PEC), porque esses recursos já estavam e continuam constitucionalmente destinados às câmaras de vereadores e só podem ser alterados através de emenda constitucional — afirmou.

Cota em universidade a alunos da rede pública

A proposta que reserva 50% das vagas nas universidades federais e escolas técnicas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas será debatida em audiência pública pela Comissão de Constituição e Justiça, na próxima segunda-feira.

De acordo com a iniciativa, a seleção dos alunos terá como base o coeficiente de rendimento (CR), índice obtido pela média aritmética das notas do estudante. O projeto (PLC 180/08), da deputada Nice Lobão (DEM-MA), determina que metade da cota seja reservada para alunos oriundos de famílias com renda de até um salário mínimo e meio *per capita*. A outra metade deverá ser preenchida por alunos negros, pardos e indígenas.

Conforme acordo fechado ontem na Comissão de Justiça, a matéria deverá entrar na pauta de votações do colegiado na próxima quarta-feira. E por sugestão de Ideli Salvatti (PT-SC), talvez ainda haja negociação para que seja apreciada pelo Plenário do Senado no mesmo dia.

A audiência pública foi sugerida por Demostenes Torres (DEM-GO) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Serys Slhessarenko (PT-MT), relatora da proposição, informou que, na Câmara dos Deputados, a redação final unificou proposições que tratam do mesmo assunto, como o PLS 546/07, de Ideli Salvatti.

Poderes para busca e apreensão só com juiz

Os senadores da Comissão de Justiça rejeitaram ontem por unanimidade proposta de emenda constitucional que autorizava o Ministério Público e os órgãos policiais, mediante ordem escrita e fundamentada, a determinarem a busca e apreensão domiciliar durante o dia. Atualmente, essa medida é restrita ao Judiciário, conforme prevê o artigo 5º da Constituição.

O autor da proposição (PEC 84/03), senador Demostenes Torres (DEM-GO), tentou reverter o voto do relator, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), contrário à aprovação. No entanto, vários membros da comissão apoiaram a posição do relator.

— Essa rejeição é um medo que se tem do Estado policial, pois antes da Constituição de 1988 era exatamente assim como proponho no projeto, aliás, como já é no resto do mundo — disse Demostenes.

No parecer, Jarbas afirma que somente o Judiciário deve ter o poder de busca e apreensão no interior do domicílio. Conforme explicou, a proposta restringe a garantia individual do artigo 60 da Constituição, segundo o qual não será objeto de deliberação a proposta tendente a abolir os direitos e garantias individuais. Aloizio Mercadante (PT-SP), Antonio Carlos Júnior, Almeida Lima (PMDB-SE), Valtter Pereira (PMDB-MS) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também defenderam a rejeição.

Aprovada definição de patrimônio subaquático

Substitutivo do senador César Borges (PR-BA) a projeto de lei da Câmara (PLC 45/08) que define o que é patrimônio cultural subaquático brasileiro foi aprovado ontem pela Comissão de Justiça. A proposta também define os crimes contra o patrimônio cultural subaquático e as formas de concessão de autorização para o exercício de atividades relacionadas a esse tipo de bem. A matéria vai a Plenário.

Pelo texto do substitutivo, "constituem patrimônio cultural subaquático brasileiro todos os vestígios da existência do homem, de caráter cultural, histórico ou arqueológico, submersos, situados nas águas interiores, no mar territorial e na plataforma continental brasileira, estando parcialmente ou totalmente debaixo de água, periódica ou continuamente, no mínimo há 50 anos".

O projeto considera patrimônio cultural subaquático brasileiro: estruturas, edifícios, artefatos e restos humanos, em conjunto com o seu contexto arqueológico e natural; embarcações, aeronaves, outros veículos ou qualquer parte deles, sua carga ou outro conteúdo; objetos diversos de interesse cultural, histórico ou arqueológico e ainda objetos e sítios arqueológicos pré-históricos.

Segundo a proposta, todos esses bens ficam automaticamente incorporados ao domínio da União, permanecendo sob a guarda e proteção do poder público.

Conselho antidumping poderá ser criado

A proposta que cria o Conselho de Defesa Comercial — órgão para o combate de práticas desleais de comércio exterior, como *dumping* ou uso de subsídios — recebeu o voto favorável, em primeiro turno, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria ainda terá de ser votada em turno suplementar, em decisão terminativa.

O presidente da comissão, senador Marco Maciel (DEM-PE), explicou que a nova votação é necessária porque o texto aprovado é um substitutivo.

Originalmente, o projeto (PLS 715/07) de Francisco Dornelles não apenas criava o conselho como também impedia que suas decisões pudessem ser revistas "no âmbito do Executivo". Mas, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o texto foi alterado para prever não a criação do conselho, mas a autorização de sua criação pelo Executivo. O colegiado também modificou a matéria para permitir que o presidente da República possa rever as decisões do conselho.

O relator na CRE, Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que as mudanças eram necessárias para corrigir vícios de inconstitucionalidade, pois é de iniciativa privativa do presidente da República leis que criam órgãos na administração pública.

CCJ proíbe partido de divulgar nome de filiado a outra legenda

Os partidos políticos poderão ser proibidos de divulgar, em seus programas gratuitos no rádio e na TV, propaganda em benefício de filiados a outras legendas ou em proveito delas. A proposta, prevista em projeto de lei do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), foi aprovada, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O objetivo do projeto (PLS 576/07) é impedir a atuação das legendas de aluguel, prática, segundo o senador, muito frequente no semestre que antecede as eleições, quando a propaganda partidária é utilizada para fortalecer a

candidatura de nome filiado a legenda diversa daquela do responsável pelo programa.

O projeto fixa multa de R\$ 10 mil a R\$ 50 mil para quem insistir na propaganda de candidatos de outros partidos.

A matéria também restabelece a distribuição de tempo de propaganda política existente até 2005. Seriam 20 minutos por semestre a grandes partidos políticos que tenham obtido mais de 10% de votos em todo o país e elegeido representantes em pelo menos sete estados.

O relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), apresentou parecer favorável à proposição.

Novo fundo deve estimular a educação profissional

A proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional foi aprovada pela Comissão de Justiça. A matéria, do senador Paulo Paim (PT-RS), vai agora a exame do Plenário.

O relator, senador Demostenes Torres (DEM-GO), defendeu a proposta (PEC 24/05), mas divergiu quanto a uma das fontes de financiamento do fundo. A proposição original previa o uso de parte das verbas destinadas ao Sistema S. Com o objetivo de permitir a aprovação da maté-

ria na CCJ, Paim e Demostenes anunciaram acordo para que a discussão sobre o financiamento ocorra em Plenário.

Conforme o projeto, os recursos do fundo serão distribuídos aos estabelecimentos de ensino públicos e privados conveniados, "na proporção do número de alunos matriculados nessa modalidade de ensino, considerando, ainda, a diferenciação por cursos". As instituições beneficiadas terão de assegurar a oferta gratuita de vagas "na proporção dos recursos recebidos".

PAULO DUQUE ELOGIA HÉLIO FERNANDES

A exemplo de vários outros senadores durante esta semana, Paulo Duque (PMDB-RJ) elogiou a trajetória do jornalista Hélio Fernandes, diretor do jornal *Tribuna da Imprensa*, que teve a circulação de sua versão impressa interrompida no início do mês devido a problemas financeiros.

— Um jornalista bravo, corajoso, sobretudo depois que adquiriu a *Tribuna da Imprensa*. Confesso que várias vezes sofri remessas de estilingue de Hélio Fernandes. Fiz uma moção de solidariedade e enviei para o jornal — espero que ele tenha recebido —, porque reconheço o valor desse jornalista — disse.



FLEXA RIBEIRO CELEBRA ZPES NO PARÁ

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou ontem em Plenário a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, de projetos de lei que autorizam o Poder Executivo a criar 56 zonas de processamento de exportação (ZPES) em vários estados, sete no Pará.

— Nosso sonho é ver essas ZPES instaladas — disse.

Com projetos de Flexa Ribeiro, foi autorizada a criação de ZPES em Santarém e Marabá, e com projetos do senador Mário Couto (PSDB-PA), em Redenção, Tucuruí, Breves, Castanhal e Paragominas.

Flexa Ribeiro também cobrou do governo paraense a efetiva instalação da ZPE de Barcarena, já criada.



VALTER PEREIRA DIZ QUE NÃO É CANDIDATO

O senador Valtter Pereira (PMDB-MS) esclareceu que, a despeito de especulações da imprensa, não é candidato à Presidência do Senado. Ele lembrou que, conforme decisão da última semana, o PMDB lançará um nome à disputa, mas ponderou que o candidato ainda não foi definido.

Valter Pereira também frisou que, "pela história que têm e pelo currículo que enriquece a instituição", dois senadores se sobressaem no PMDB: Pedro Simon (RS) e José Sarney (AP).

— Os dois nomes do PMDB são esses. Enquanto não se esgotarem essas hipóteses, qualquer cogitação sobre outro nome não procede — afirmou.



Relator da proposta que atualiza o Plano Nacional de Viação, Eliseu Resende negociou com parlamentares e Executivo mapa detalhando estrutura vigente e suas perspectivas

Novo plano para as vias de transporte vai ao Plenário

O NOVO PLANO para melhoria e ampliação das rodovias, ferrovias, hidrovias, eclusas, portos e aeroportos brasileiros foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Relatado pelo senador Eliseu Resende (DEM-MG), o projeto vai agora ao Plenário.

A proposta (PLC 18/00), que tramita há oito anos na Casa, atualiza o Plano Nacional de Viação (PNV), instituído em 1973. Além de conter a descrição geográfica e física das vias de transportes brasileiras existentes e das por serem construídas, indica as bases adminis-



Eliseu Resende estuda a proposta desde a época em que era deputado

trativas do sistema. O projeto foi enviado pelo Executivo ao Congresso em 1995.

Especialista em infra-estrutura, Eliseu Resende negociou durante todos esses anos – inclusive quando de sua passagem pela Câmara – com parlamentares e autoridades do governo a elaboração de um novo mapa viário que contemple o conhecimento detalhado da estrutura vigente e de suas perspectivas.

Assim, estabeleceu-se que a malha de rodovias federais abrangerá 120.491 quilômetros, sendo 45.597,40 ainda a serem construídos. Do total já aberto, 61.017,3 quilômetros são pavimentados e 13.876,3 quilômetros ainda não têm asfalto.

Diretor da Aneel prevê alta no preço da energia

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, disse ontem na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) que as tarifas de energia elétrica vão subir em razão da alta do dólar e da estrutura de impostos e restrições ambientais.

Kelman afirmou que, em comparação com a maior parte dos países da Europa, o Brasil “não está bem na foto” quanto às tarifas de energia elétrica. O país, observou, tem custos altos por causa das distâncias das linhas e da remuneração exigida por investidores preocupados com



Jerson Kelman (esq., ao lado de Marconi Perillo) culpa a alta do dólar

mudanças bruscas de regras.

O presidente da comissão, Marconi Perillo (PSDB-GO),

elogiou Kelman pela disposição em fazer um balanço de sua gestão.

Camata elogia operação da PF no Espírito Santo

Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou ontem a Polícia Federal pela Operação Naufrágio, que resultou na prisão do presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Frederico Pimentel, e de mais seis acusados de participação em esquema de venda de sentenças judiciais.

– Quem for inocente que seja inocentado, e sua inocência seja proclamada. Quem for culpado que seja punido exemplarmente – defendeu o senador.

Camata disse que, embora tenha chocado a população por envolver a autoridade máxima do Judiciário no estado, a operação traz a esperança de “uma limpeza completa” nas instituições do Espírito Santo.



Gerson Camata

Casagrande lembra esforço pela imagem do estado

Renato Casagrande (PSB-ES) manifestou seu apoio à Polícia Federal e à ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na investigação que resultou na prisão do presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Frederico Guilherme Pimentel e outros dois desembargadores.

O senador leu nota por ele divulgada na qual ressalta o “esforço enorme” realizado pelo governador Paulo Hartung, com apoio da Assembléia Legislativa e da bancada federal, para resgatar a imagem do estado.



Renato Casagrande

Mão Santa: Piauí sofre com caos e “mensaleiros”

Mão Santa (PMDB-PI) disse que a impunidade está estimulando a volta dos “mensaleiros” e dos “aloprados”. Como exemplo, o senador citou o Piauí, que é governado pelo petista Wellington Dias. Segundo Mão Santa, o estado está enfrentando o caos no setor de energia elétrica, com apagões diários.

– O governador e o PT são um apagão completo de luz pessoal. Dizem que o [presidente] Luiz Inácio [Lula da Silva] manda muito dinheiro para lá, mas a roubalheira é maior. Mas temos que separar o joio do trigo. O trigo é muito pouco e o joio está crescendo, os aloprados, os inconvenientes, os indecentes, os corruptos – afirmou.



Mão Santa

Suplicy comemora votos do STF favoráveis a área contínua

Em discurso concomitante ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Reserva Raposa Serra do Sol, Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou o resultado provisório da votação, que àquela altura (pouco antes das 18h), já registrava seis votos favoráveis à demarcação contínua.

O senador considerou “positivo” o encaminhamento dado pelo STF. Citou a Constituição, segundo a qual são reconhecidos aos índios os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Suplicy ainda comentou dados



Suplicy lembra direito dos índios sobre as terras que ocupam

sobre o consumo das famílias, que revelaram crescimento de 7,3% no terceiro trimestre, em comparação com o mesmo período do ano passado.

Augusto diz esperar justiça para os índios e não-índios

Augusto Botelho (PT-RR) afirmou esperar que o STF “faça justiça” aos indígenas, mas também aos não-índios que vivem na área da Reserva Raposa Serra do Sol. O julgamento sobre a homologação da reserva de forma contínua ou em ilhas foi suspenso na tarde de ontem, após o anúncio de oito votos favoráveis à demarcação contínua, mas com ressalvas, e o pedido de vista feito pelo ministro Marco Aurélio Mello.

O parlamentar manifestou a sua preocupação com o fato de ninguém, segundo disse, ter falado a respeito dos não-índios, que são minoria na reserva, chegando a 500 famílias.

– Os direitos humanos dessas



Augusto afirma que “direitos humanos não estão sendo respeitados”

famílias não estão sendo respeitados – disse Augusto Botelho, que é o autor de uma das ações que questionam a união das duas reservas indígenas em Roraima.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Gerson Camata • Alvaro Dias • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Agripino refuta tese petista de que práticas liberais causaram crise

Agripino: êxito do PT deve-se às doutrinas liberais

José Agripino (DEM-RN) refutou a tese do PT, defendida, segundo ele, em reunião ocorrida esta semana, de que a presente crise financeira internacional se deve às práticas liberais apoiadas e adotadas por partidos como DEM e PSDB.

O parlamentar argumentou que o êxito econômico da administração petista deve-se justamente a práticas que vêm sendo adotadas desde o governo do presidente Itamar Franco, citando como exemplo o equilíbrio fiscal, o câmbio flutuante, a autonomia do Banco Central ("de fato, se bem que não de direito"), os superávits de arrecadação e a contenção da inflação.

Agripino salientou ainda que tudo isso – "esse contencioso pretérito que a duríssimas penas se implantou no passado e que veio a produzir resultados positivos agora" – é resultado das teses liberais.

Cristovam: é hora de poupar, e não só de consumir

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que, para enfrentar os efeitos da crise financeira internacional, é preciso combinar consumo com poupança. O senador criticou declarações do presidente Lula, que tem procurado incentivar a população a comprar mais.

– Numa crise econômica, se a gente pensa no imediato, deve-se incentivar o consumo; mas, a médio prazo, isso pode trazer conseqüências nocivas. Cada real gasto no consumo é um real a menos na poupança. E o país cresce, sobretudo, graças à poupança – observou.

O parlamentar explicou que a poupança ajuda a financiar os investimentos produtivos: quando há poucos recursos para investir, a produção cai, e, se o nível de consumo é mantido, isso acarreta inflação.

Em aparte, José Nery (PSOL-PA) aplaudiu o pronunciamento de Cristovam Buarque.



Cristovam critica presidente Lula por sugerir que cidadãos comprem mais

Senador diz que estatal investe excessivamente em política por meio de patrocínios, repasses a organizações não-governamentais, sindicatos, fundações e universidades

Para Alvaro Dias, Petrobras esconde gastos com ONGs

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) cobrou da Petrobras a divulgação de seus gastos com organizações não-governamentais (ONGs). Para ele, o excesso de gastos com essas entidades estaria entre as razões que levaram a empresa a buscar empréstimo no valor de R\$ 2 bilhões junto à Caixa Econômica Federal.

– A Petrobras investiu demais politicamente, em patrocínios, em repasses significativos a ONGs, sindicatos, fundações de apoio a universidades. A Petrobras foi se transformando numa empresa extremamente generosa, fazendo cortesia com muita generosidade – disse o senador, criticando a atual gestão



Alvaro: empresa é muito "generosa" nas despesas

da estatal.

Alvaro lembrou que apresentou, na Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, requerimento de informações sobre os gastos da Petrobras com essas entidades. De acordo com o parlamentar, apenas depois de alguns meses a empresa encaminhou um calhamaço de 400 páginas que não conteria

as informações por ele solicitadas.

Santa Catarina

Alvaro Dias também questionou o governo a respeito da liberação dos recursos anunciados para o socorro das vítimas e a reparação dos estragos causados pelas chuvas no estado de Santa Catarina. A enchente matou mais de 120 pessoas e deixou dezenas de milhares de desabrigados ou desalojados, mas, conforme o senador, do R\$ 1,6 bilhão liberado por meio de medida provisória (MP 448/08), apenas R\$ 50 milhões teriam efetivamente chegado ao governo catarinense.

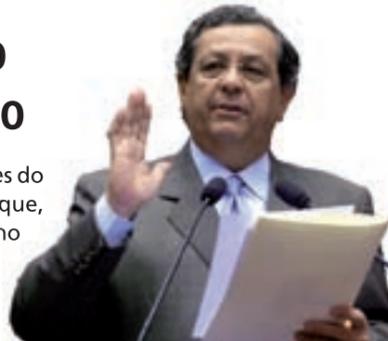
Jayme Campos cobra conclusão da ligação de Cuiabá ao Pacífico

Jayme Campos (DEM-MT) cobrou ontem das autoridades nacionais a conclusão das obras do corredor rodoviário que liga Cuiabá ao oceano Pacífico, via Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. De acordo com ele, trechos do percurso ainda não foram pavimentados.

O senador explicou que, concluída a obra, o Centro-Oeste brasileiro estará interligado não apenas à Bolívia, ao Chile e ao Peru, mas também aos princi-

pais mercados consumidores do Oriente. Ele frisou ainda que, além de estar situado bem no centro da América do Sul, o estado de Mato Grosso é o maior produtor de proteína animal do Brasil e o segundo maior produtor de grãos, o que reforça os argumentos favoráveis à busca de melhores soluções para o escoamento dos produtos.

– Mato Grosso vai lutar para romper barreiras e implantar



Para Jayme Campos, volume da produção justifica investimentos nas vias de escoamento

sua conexão com o oceano Pacífico, o que muito beneficiará os estados de Goiás e Tocantins e o Distrito Federal – afirmou Jayme Campos.



Programas para as estradas são "extremamente tímidos", avalia o senador

Grandes obras ajudariam a superar crise, diz Azeredo

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lamentou ontem a falta de grandes obras de infra-estrutura no Brasil. Em sua avaliação, o governo deveria avançar mais nessa área, até como forma de enfrentar a crise financeira internacional. Ele observou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não está cumprindo o que foi previsto e não resolve um déficit antigo do país na área de rodovias, portos e aeroportos.

O senador disse que os Estados Unidos, além de países emergentes como a China e a Índia, têm planos para acelerar obras de infra-estrutura como alternativa à crise financeira, investindo quantias maiores que as programadas. Azeredo assinalou que a utilização de recursos públicos num momento de dificuldade da iniciativa privada é solução já utilizada no passado.

– Aqui no Brasil, nós temos um programa extremamente tímido na questão de estradas. As duplicações que são necessárias nem sequer alcançam os três estados mais populosos [Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo]. Temos estradas duplicadas entre o Rio e São Paulo e entre São Paulo e Belo Horizonte. Não temos entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro – reclamou.

Lúcia Vânia comemora recriação da Sudeco

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) comemorou a aprovação, pela Câmara, do projeto (PLC 119/06) que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

– A Sudeco será o local privilegiado onde as forças políticas do Centro-Oeste poderão se organizar e discutir seus problemas, já que contará com um conselho deliberativo de significativa representação política e social – avaliou.

Lúcia Vânia destacou duas alterações feitas no texto enviado pelo Poder Executivo: na sistemática de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) – que valerá também para os fundos do Nordeste e do Norte – em melhoria da infra-estrutura regional; e a criação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

A senadora disse que a intenção foi dar maior capilaridade aos recursos para que cheguem efetivamente aos tomadores finais e argumentou ainda que não basta deter instrumentos de atração de novas empresas ou fomentar o crescimento das já instaladas: também é preciso pensar no escoamento da produção.

O PLC 119/06 vai agora à sanção presidencial.



Lúcia Vânia: Sudeco será fórum privilegiado para a região



Para Virgílio, Lula minimiza a crise para não perder popularidade

Virgílio critica declarações de Lula sobre crise

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), repudiou declarações recentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito da crise financeira internacional. Em evento oficial na última terça-feira, o presidente afirmou que "tem gente rezando para que a crise pegue o Brasil para o Lula se lascar".

– Como se o prejudicado com o recrudescimento da crise fosse ele, que mora no Palácio da Alvorada e trabalha no Palácio do Planalto; como se o prejudicado não fosse o trabalhador, que perderá o emprego com a crise; como se o prejudicado não fosse o pequeno empresário, que vai ter dificuldade em manter sua vida comercial em dia; como se o prejudicado não fosse o grande empresário, que vai ter que demitir – disse o senador.

Arthur Virgílio negou que haja pessoas interessadas no recrudescimento da crise e afirmou que o presidente Lula deveria procurar unir a nação para enfrentar a turbulência, sem tentar ignorá-la ou "empurrá-la" para outras pessoas.

O senador comparou a atitude do presidente brasileiro com a do presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, que teria mostrado estar disposto a sacrificar parte de sua popularidade para tomar as medidas adequadas ao enfrentamento da crise.

Chega ao Senado MP da Caixa Econômica Federal

Na presidência da sessão plenária na noite de ontem, Mão Santa (PMDB-PI) comunicou a chegada ao Senado do Projeto de Lei de Conversão 31/08, proveniente da Medida Provisória 445/08, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento, pela Caixa Econômica Federal, de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados na última semana, a Caixa Econômica deverá devolver ao Tesouro Nacional, a partir de 2011, os recursos não usados como garantia nos empréstimos destinados ao capital de giro de empresas de construção civil. Os recursos serão corrigidos por taxa a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional.

A matéria passa a trancar a pauta de votações do Plenário a partir do dia 21 de dezembro, quando se esgota o prazo regimental de 45 dias destinado à sua deliberação.

Debate revela que programa de prevenção da transmissão materno-fetal reduz para menos de 3% os casos de mulheres grávidas que tiveram seus filhos infectados



Márcio Kolomo



Márcio Kolomo

Na audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais, David Everson Uip (E), senador Romeu Tuma e Rogério Tuma

Médicos brasileiros ajudam a prevenir Aids em Angola

MENOS DE 3% das mulheres grávidas portadoras do vírus da Aids que participam de programa de prevenção da transmissão materno-fetal, conduzido em Angola por médicos brasileiros, tiveram seus filhos infectados pela doença. No restante da África, quase metade das mães infectadas transmite Aids ao feto. Os resultados positivos do trabalho realizado em Angola foram apresentados pelo infectologista David Everson Uip e pelo neurologista Rogério Tuma, em audiência pública realizada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O programa já atendeu 1.200 angolanas, cujos filhos são acompanhados por pelo menos um ano e meio, conforme explicações de David Uip, presidente da Fundação Zerbini e diretor-executivo do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. O trabalho, iniciado em 2002, é hoje uma referência e motiva parcerias com outros países africanos, como Congo e Cabo Verde, informou Uip.

De acordo com o infectologis-

ta, o trabalho em Angola inova por preconizar o parto normal e o aleitamento materno, além de doses extras de medicamentos fornecidas à gestante. No tratamento convencional, disse, prevalecem o parto cirúrgico (cesariana) e o aleitamento artificial. Conforme Uip, a mudança adotada naquele país foi motivada pela falta de condições para realização de cesarianas e pela impossibilidade de aquisição de leite por parte da maioria das famílias.

– Quebramos os paradigmas da recomendação mundial não por desejarmos, mas pelas condições disponíveis. Além do fornecimento de mais remédio para a mãe: ao invés de um, três – afirmou, referindo-se ao aumento de dosagem.

O especialista ressalta que o índice de transmissão materno-fetal verificado em Angola é equivalente ao observado em países desenvolvidos, sendo inclusive inferior ao que ocorre no Brasil, que é de 8%.

Compensação

Para Rogério Tuma, especialista do Hospital Sírio-Libanês, as

dificuldades técnicas e materiais encontradas em Angola são compensadas pela grande disposição de trabalho dos profissionais de saúde que atuam no país. O neurologista participou, em agosto, em Luanda, da formação de médicos, enfermeiros e técnicos.

– Não fomos vender produtos. Fomos capacitar as pessoas e ajudá-las a melhorar o processo de atendimento aos pacientes e a aproveitar suas potencialidades – assinalou.

Rogério Tuma leu carta elaborada após a experiência em Angola em que destaca a força do povo angolano, que enfrenta com coragem o sofrimento inerente às doenças, lá agravado pelas precárias condições do país. Para o especialista, a experiência naquele país africano mostra a importância da continuidade da cooperação.

O trabalho dos médicos brasileiros foi elogiado pela presidente da CAS, senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), e por Flávio Arns (PT-PR), José Sarney (PMDB-AP), Romeu Tuma (PTB-SP), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Papaléo Paes (PSDB-AP).



Jonas Pereira

Na CDH, Carlos Lima, procurador da República (DF), Guilherme Genovez, Paulo Paim e Sylvia Thomas

Hemofílicos pedem lei que agilize compra de remédios

Participantes da audiência pública sobre tratamentos para hemofilia defenderam mudanças na legislação para dar mais agilidade à compra de medicamentos pelo poder público. A audiência ocorreu ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A presidente da Federação Brasileira de Hemofilia, Sylvia Thomas, informou que existem cerca de 11 mil brasileiros com hemofilia e outros distúrbios de coagulação, que afetam principalmente os homens.

O coordenador de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde, Guilherme Genovez, lamentou que a Lei 8.666/93, que instituiu normas para licitações, seja usada também para a compra dos medicamentos, fato que atrasa o processo.

– Essa lei foi concebida para construção de prédios públicos e é inadequada para se comprarem insumos para a área de saúde – alegou.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), comprometeu-se a organizar um grupo de trabalho na comissão para estudar possíveis mudanças na legislação.

Plenário lembra os 50 anos de fundação da PUC de Minas

A fundação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) foi lembrada em sessão do Senado de ontem, que contou com a presença do reitor da instituição e bispo auxiliar da arquidiocese de Belo Horizonte, dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães. A homenagem foi solicitada pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Eliseu Resende (DEM-MG).

Eliseu Resende, um dos fundadores da instituição, fez o discurso de abertura. Para ele, a vitalidade da PUC-MG pode ser avaliada pelo prêmio, recebido em 2006, de melhor universidade de privada do Brasil.

– Contudo, o que mais conta é que, de 1958, quando começou com um punhado de professores e a força da convicção educadora de dom Cabral, até este ano de 2008, a PUC-MG vem formando sucessivas gerações de qualificados brasileiros – destacou Eliseu Resende.

Formado em Engenharia pela PUC-MG, Azeredo observou que a instituição fez parte dos mais importantes momentos históricos recentes do país.

– Estamos reunidos para prestar justa homenagem à PUC-Minas, que contribuiu e continua contribuindo para a formação dos jovens – disse o senador.



Gerardo Magela

Mão Santa (C) preside sessão, na mesa com dom Joaquim (2º à esq.) e senadores de MG

Flávio Arns homenageia Rede Sarah pelos seus 48 anos

Flávio Arns (PT-PR) homenageou os 48 anos de fundação da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, que serão comemorados durante a hora do expediente da sessão plenária de hoje. O senador destacou o reconhecimento nacional e internacional da qualidade do atendimento da instituição.

– A rede é um marco referencial digno de ser reproduzido – afirmou.

Arns destacou o papel fundamental da Rede Sarah no Brasil, que obtém bons resultados a partir de uma parceria entre uma entidade de serviço social



Gerardo Magela

Arns: “Rede é um marco referencial digno de ser reproduzido”

autônomo, de direito privado e sem fins lucrativos – a Associação das Pioneiras Sociais –, e o poder público.

Colombo faz apelo por escola de construção naval

Raimundo Colombo (DEM-SC) fez um apelo aos deputados pela aprovação de projeto de lei (PL 3.918/08, na Câmara) que autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval no município de Itajaí, em Santa Catarina.

O senador lembrou que o estado enfrenta enormes dificuldades para se recuperar dos danos causados pelas chuvas, frisando que Congresso Nacional deve dar a sua contribuição. Ele assinalou que o Porto de Itajaí é o segundo maior do Brasil e o maior em movimento



Gerardo Magela

Raimundo Colombo também lembra dificuldades causadas pelas chuvas

de cargas.

– Estaremos aproveitando essa vantagem estratégica que a natureza dá a Santa Catarina e esse potencial a ser explorado, desenvolvido, de tal forma que vamos ali criar mais empregos, qualificar, melhorar a renda e a vida das pessoas – disse.

Senado celebra 110 anos de Câmara Cascudo

Os 110 anos do nascimento de Câmara Cascudo, um dos maiores estudiosos do folclore brasileiro, foram celebrados pelo Senado com o lançamento do livro *A casa de Cunhaú*, um texto inédito do próprio Cascu-

do, e do vídeo *Dr. Cascudinho – um provinciano universal*. O evento ocorreu ontem à noite na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

Com apresentação do presidente do Senado, Garibaldi

Alves, o livro *A casa de Cunhaú* traça a genealogia da família Albuquerque Maranhão e sua importância na formação do Rio Grande do Norte. A história da família no estado está ligada à casa-grande do engenho

Cunhaú, localizado no atual município de Canguaretama.

A fundação do engenho, em 1614, teria sido feita pelo pernambucano Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque Maranhão.